

FUNDADORES:

Prefeito ALIM PEDRO
Procurador Geral GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Procurador Geral — JOSÉ EMÍDIO DE OLIVEIRA

DIRETOR EXECUTIVO

GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

REDATORES SECRETÁRIOS:

BENEDICTO DE AZEVEDO BARROS
JOSÉ DE SALES

REDATORES ESPECIAIS:

ELMANO CRUZ
AGUIAR DIAS
GOUVART PIRES

COLABORAM NESTE NÚMERO:

JOÃO LYRA FILHO
EURICO PORTELA
GASTÃO DE AZEVEDO MACEDO
JOSÉ DE AGUIAR DIAS
ELMANO CRUZ
HELLY LOPES MERRILLIERS
HUMBERTO GRANDE
LUIZ JOSÉ PEREIRA SIMÕES FILHO
MANUEL DE CARVALHO BARROSO
BARBOSA LIMA SOBRINHO
BENEDICTO BARROS
MÁRIO A. FREIRE
LEOPOLDO BRAGA
NYVON CAMPOS
RAUL LINS E SILVA FILHO
RAUL BERNARDO NELSON DE SENNA
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VALLE
JOSÉ GOMES B. CÂMARA
JOSÉ LOPES TAYEIRA
LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA
PAULO MACEDO REGO
MANOEL DE CASTRO GERQUEIRA
AMÍLCAR LAUREINDO FERAS
OSWALDO GOUVART PIRES
GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO
CARLOS ROCHA MAFRA DE LAFE
ROBERTO PINTO FERNANDES

ENCARREGADO DO EXPEDIENTE:

C. A. SHOLL FERREIRA

As opiniões assinadas são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

SUMÁRIO

DOUZEIMA

Pontos cardiais do Orçamento Público — João Lyra Filho	1
Interpretação das leis fiscais — José de Aguiar Dias	25
Desapropriação de contrato de direito público — Elmano Cruz	35
O imposto de Indústrias e Profissões na órbita municipal — Eurico Portela	39
Localização de feiras livres. Sua interferência com o direito privado — Gastão de Azevedo Macedo	45
O Poder de Polícia no Município — Helly Lopes Merrilliers	55
O Direito Administrativo — Humberto Grande	90
Depoimento sobre Paulo de Frontin — Luiz Parrama Simões Filho	96
Fazenda Pública e Falência. Credora do falido e credora da massa. Multas fiscais e penas pecuniárias por infração das leis administrativas. Processo a seguir — Manuel de Carvalho Barbosa	101
A atualização da arcação nos inventários — Barbosa Lima Sobrinho A responsabilidade do Estado e o direito de indenizar — Benedicto Barros	101
Das certidões para defesa de direito — Mário A. Freire	129
O Ministério Público Municipal do Distrito Federal — Leopoldo Braga O financiamento da urbanização da Cidade — Nyvon Campos	135
“Coisa julgada” na Resolução Legislativa 39 da Câmara dos Vereadores — Raul Lins e Silva Filho	142
Direito Público nos Tribunais — Raul Bernardino Nelson de Senna Treinamento e aperfeiçoamento no âmbito municipal — Carlos Eduardo de Oliveira Valle	160
.....	175
.....	178
.....	186

ACÓRDÃOS E SENTENÇAS

I — SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Intervenção. Ausência de verba para cumprimento de decisões judiciais. <i>Comentário</i> — José Gomes B. Câmara	218
Imposto de transmissão “causa-mortis”. Autonomia do direito fiscal. A arcação usada representativa no direito das sucessões. <i>Comentário</i> — José Lopes Tayeira	230
Assistência na execução. Inadmissibilidade	238

II — TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Concurso. Ganhato inscrito. Expectativa de direito	241
Concurso. Poder Judiciário só aprecia a legalidade de sua realização. Não é competente para apreciar os programas	248
Concurso. Prazo de validade. Poder Judiciário não tem competência para reatá-lo	252
Concurso. Inscrição. Exibição de títulos	255
Concurso. Provas de antecedentes sociais. <i>Comentário técnico</i> — Luiz Monteiro Salgado Lima, P. D. P.	257

III — TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

- Funcionário. Demissão. Dito penal e dito administrativo. *Comentário* — PAULO DE MACHO BASTO 262
- Exatidão. Presunção legal. Inversão do ônus da prova. Constitucionalidade. *Memorial* — JOSÉ SABOIA VIANNA DE MENDONÇA
- Mercado de Flores. Ocupação dos boxes. Natureza jurídica. Contrato de direito público. *Comentário* — MANOEL DE CASTRO CARVALHO 299
- Funcionário interino. Efedração por lei. Inconstitucionalidade. *Comentário* 310
- Imposto de transmissão inter vivos. Isenção a jornalista. Inter-pretação do preceito constitucional. *Comentário* — AMILCAR LAURINDO RIBAS 317
- Direito de vizinhança. Uso de tijolos de vidro. Serviço e prescrição. *Comentário* — OSVALDO GOMES PARRA 320
- Assistência em execução. Inadmissibilidade. *Comentário* — GUSTAVO PHILADÉLPHO AZEVEDO 327
- Magistério municipal. Regime de aumentos quinquenais. Contagem do tempo de serviço. *Comentário* — GUSTAVO PHILADÉLPHO AZEVEDO 332
- Poder de polícia. Alvará de localização. Cassação. *Comentário* — CARLOS R. M. DE LAER 345
- Imóvel atreído por decreto de desapropriação. Realização de obras. Reesalvada a não indenizabilidade, o Poder Público não pode se opor. *Comentário* — ROBERTO PINO FERNANDES 343
- Imposto. Exame de livros. Autoridade dos funcionários fiscais. *zadores. Comentário* — AMIGAR LAURINDO RIBAS 352

PARCERIAS ADMINISTRATIVAS

- Concessão de serviço público. Posos de gasolina em logradouro público — JOSÉ DA MIRANDA VILVARDY 355
- Bem patrimonial do Distrito Federal. Modo de transferi-lo ao privado. Impossibilidade do comodato — OSVALDO DE MIRANDA FERAZ 373
- Ajuda entre a União e a Prefeitura. Referendo do Legislativo — MANUEL DE CARVALHO BARROSO 378
- Logradouro público. Concessão e permissão. Quinta da Boa Vista — ROBERTO PINO FERNANDES 380
- Serviços públicos. Permissão para exploração. Autonomia municipal — IVERS DE ARAÚJO 383
- Serviço Telefônico. Representação diplomática. Regime de reciprocidade — ALDO SANT'ANNA DE MOURA 387
- Benfiteuse. Resgate. Não é obrigatório para a Prefeitura — CARLOS DA ROCHA GUMMARS 390
- Sítio bancário — LINO NEIVA DE SÁ PEREIRA 392
- Montepio. Financiamento de casa própria. Condições — ANTÔNIO FRAN- KLIN BUENO DO PRADO 396
- Prefeitura localitária. Reajustamento do aluguel em fase da Lei federal 2.698/56 — WILSON JOSÉ RAULINO MÜLLER 398
- Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional. Alienação de bens à Pre- feitura — ANTÔNIO VIANA DE MELLO 401
- Desapropriação. Retrocessão — JOSÉ EMERSON DE OLIVEIRA 403
- Desapropriação. Retrocessão. Desistência e imissão de posse — ROBERTO PINO FERNANDES 408
- Contrato de obra pública. Ativa contratual excedente do valor da caução — BARBOSA LIMA SOBRINHO 411

- Votou. Licenciamento. Delegação militar norte-americana — ALDO SANT'ANNA DE MOURA 416
- Votou. Tráfego com licença estrangeira — ALDO SANT'ANNA DE MOURA 418
- Imposto *casus-mortis*. Instituto de Educação. Imunidade quanto a le- gado em dinheiro — LEOPOLDO BRAGA 421
- Imposto *casus-mortis*. Benefício outorgado por lei posterior ao óbito — CARLOS DA ROCHA GUMMARS 435
- Imposto *casus-mortis*. Tabela aplicável. Taxa de serviços municipais nas doações — CARLOS DA ROCHA GUMMARS 437
- Poder de Polícia. Cassação de licença — EMERSON DUTRA 439
- Consultor médico. Licenciamento em zona residencial — CARLOS R. M. DE LAER 441
- Enfitese. Remembramento. Remissão — CARLOS DA ROCHA GUMMARS 443
- Alinhamento. Investidura. Natureza e conceito — MANUEL DE CARVALHO BARROSO 444
- Alinhamento lunhoso. Restrições. Proteção paisagísticas — CARLOS R. M. DE LAER 445
- Eidal. Concessão de favores. Desvirtuamento de finalidades — JOSINO DE ARAÚJO MENDONÇA 449
- Certidão administrativa. Pedido por extrato — IVERS DE ARAÚJO 452
- Disponibilidade. Natureza, conceito e histórico — GENALDO TAVARES DE MELLO 454
- Ato administrativo. Sua anulação pela própria administração — ANTÔNIO VIANA DE MELLO 461
- Funcionário. Regime de remuneração dos antigos Chefes de Seção das Sub-Diretorias de Renda — JOSÉ EMERSON DE OLIVEIRA 463
- Aposentadoria. Duplicidade. Antigos servidores de comissões, hoje funcionários públicos — GILSON ARAÚJO 472
- Salário família. Mercado e mulher servidores públicos — GILSON ARAÚJO 476
- Quadro de Engenheiros. Reestruturação. Situações de fato — GENORINO AMADO 479
- Readmissão. Deterimento por equidade — NELSON GUMMARS BARROSO 484
- Decisão judicial. Exatidão. Conceito e reflexos — BENEDITO BARROS 491
- Acumulação. Comparabilidade de horário e correlação de matérias — NELSON DE AZEVEDO BRANCO 499
- Exatidão municipal. Isenção de exames — NELSON DE AZEVEDO BRANCO 501
- Cegreira. Não impedimento de ingresso no serviço público — NELSON DE AZEVEDO BRANCO 502
- Fundonário municipal. Assistência judiciária pela Procuradoria — RAUL LINS E SILVA FERREI 504
- Magistrado municipal. Protesores de segundo grau — LUIZ MONTEIRO SALVADO LIMA 505

PODER EXECUTIVO

I — PROCURADORIA GERAL

- Companhia do Metropolitanano do Rio de Janeiro. Projeto de estatutos 514

II — SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS

- Revisão da legislação tributária do Distrito Federal. Relatório da Comissão especial e projeto de lei 528
- *Depositemento da Renda Mercantil* 577
- Consultas sobre impostos 577

CAMARA DO DISTRITO FEDERAL

Companhia de transportes coletivos do Distrito Federal. Projeto de lei apresentado pelo Vereador CORNÉLIO NERVO Págs. 689

TRIBUNAL DE CONTAS DA PREFEITURA

Os Tribunais de Contas e a constitucionalidade dos atos que lhes são submetidos. Voto do Ministro IVAN LINS 620
Personalidade jurídica da Igreja. Voto do Ministro JOÃO LYRA FILHO 628
Subvenção a Instituição religiosa. Parecer do Procurador PAULO FILHO 635

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Imposto sobre vendas e consignações. Efeitos de consulta ao Departamento Fiscal. Incorporação de bens para efeito de constituição de sociedade não configura compra e venda, não estando, pois, sujeita à incidência do imposto 637

LEGISLAÇÃO

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS

Decreto-lei 9.626, de 22 de agosto de 1946 664
Decreto 8.662, de 28 de setembro de 1946 671
Decreto 22.465, de 14 de janeiro de 1947 677
Decreto 8.788, de 28 de janeiro de 1947 677
Decreto 9.128, de 19 de janeiro de 1948 678
Lei 189, de 20 de outubro de 1948 678
Resolução 18, do Pretório, de 5 de abril de 1951 679
Lei 764, de 29 de dezembro de 1952 729
Lei 820, de 22 de julho de 1955 729

IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL

Decreto-lei 157, de 31 de dezembro de 1937 680
Decreto-lei 864, de 14 de julho de 1938 690
Decreto-lei 8.944, de 26 de janeiro de 1946 692
Decreto-lei 9.844, de 12 de setembro de 1946 692
Resolução 22, do Prefeito, de 11 de setembro de 1947 695
Resolução 25, do Prefeito, de 14 de outubro de 1947 700
Lei 116, de 24 de setembro de 1948 700
Decreto 9.872, de 19 de outubro de 1948 701
Resolução 16, do Prefeito, de 28 de abril de 1948 701
Lei 274, de 30 de novembro de 1948 702
Lei 307, de 21 de dezembro de 1948 702
Lei 660, de 19 de novembro de 1951 704
Lei 746, de 26 de novembro de 1952 703
Lei 766, de 11 de dezembro de 1952 679
Lei 764, de 29 de dezembro de 1952 679
Lei 820, de 22 de julho de 1955 729

TAXAS DE ÁGUA E ESGOTO

Decreto 22.638, de 25 de fevereiro de 1947 709
Lei 885, de 17 de outubro de 1949 718
Lei 820, de 22 de julho de 1955 729

IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

Decreto-lei 915, de 1 de dezembro de 1938 719
Decreto-lei 1.061, de 20 de janeiro de 1939 720
Lei 687, de 29 de dezembro de 1961 720
Lei 717, de 7 de agosto de 1952 729
Lei 820, de 22 de julho de 1955 729

IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROPRIEDADES

Lei 820, de 22 de julho de 1955 729

APÓLICES MUNICIPAIS

Lei 820, de 22 de julho de 1955 729
Decreto 12.928, de 11 de agosto de 1955 743
Plano de Amortização 746